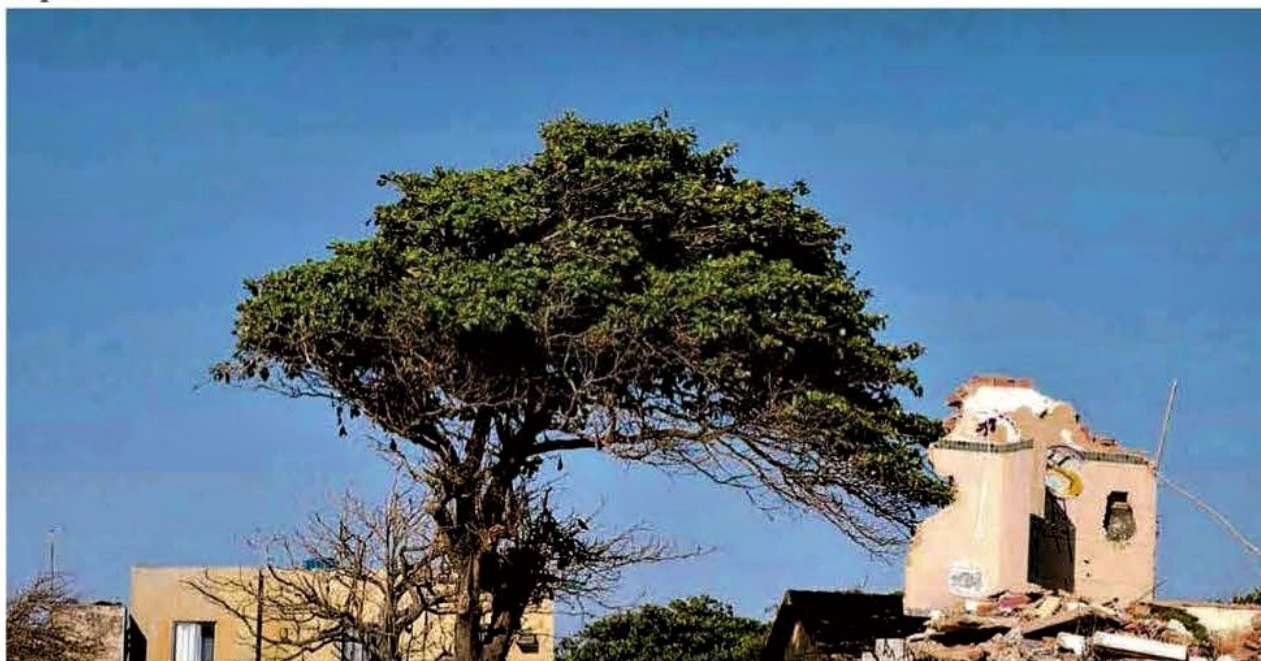


cop26



Acima e abaixo, ruínas de casas em Atafona, distrito que está sendo invadido pelo mar no norte do estado do Rio de Janeiro. Paulo Sérgio Pinheiro/Seizer/PHS18

Engolido pelo mar, Atafona perde sua história

Mais de 500 casas já foram destruídas em distrito do Rio de Janeiro; falta de articulação entre governos trava solução

Ana Luiza Albuquerque

ATAFONA (RJ) Se os escafandristas imaginados por Chico Buarque explorassem o mar de Atafona, lá encontrariam vestígios de uma civilização que, em parte, deixou de existir. Assim como a cidade submersa narrada na música "Futuros Amantes", o distrito de São João da Barra (Norte Fluminense) e suas memórias têm sido engolidos pela água.

Desde a década de 1960, o avanço do mar já causou a destruição de mais de 500 casas, desabrigoando centenas de famílias. Muitos moradores trocaram de residência algumas vezes para fugir do mar, sem nunca deixar a comunidade.

Atafona é uma entre tantas regiões litorâneas que sofrem com a erosão costeira em todo o mundo. Com a crise do clima e o aumento no nível dos oceanos, o cenário pode piorar nas próximas décadas.

A erosão costeira é explicada por uma série de motivos, mas, no caso de Atafona, o principal é o assoreamento do rio Paraíba do Sul, que tem ali o seu delta (tipo de foz em que o rio desemboca no mar por meio de vários canais).

Com cerca de 7.000 habitantes, o distrito é uma espécie de laboratório das consequências da intervenção humana em um ecossistema. Isso porque o assoreamento do rio foi causado especialmente por desvios de água para abastecimento doméstico, industrial e agrícola em São Paulo e no Rio de Janeiro.

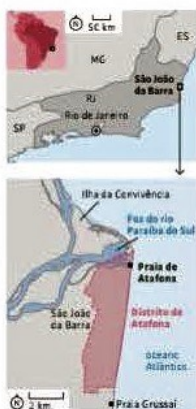
Com menor volume, o Paraíba do Sul não consegue fazer frente ao mar e transportar sedimentos em quantidade suficiente para barrar o avanço das águas em Atafona. Também contribuem para o processo a dinâmica das correntes marítimas e os fortes ventos na localidade.

O geógrafo Eduardo Bulhões, professor na UFF (Universidade Federal Fluminense), lembra que uma pesquisa identificou que somente 4% de todas as regiões litorâneas no mundo atualmente erodem em taxas superiores a cinco metros por ano. Atafona é um desses lugares. "A erosão só se torna um problema quando há uma cidade instalada. Nesse contexto, Atafona talvez seja o principal ponto do país", diz.

O processo que ali ocorre contrasta com a tranquilidade do local, onde é comum



Nicolas Wittal/Folhapress



que os moradores se chegam. Foi assim que a reportagem chegou à casa da aposentada Sonia Ferreira, 77. Ela e sua família compraram uma casa em Atafona no fim dos anos 1970, a alguns quarteirões da praia. Hoje a residência está de frente para o mar.

Em frente à casa de Sonia estão as ruínas do conhecido prédio do Julinho, o único que havia na região, derrubado pelas ondas em 2008. "Foi um impacto muito grande. A gente sempre tem aquela esperança de que não vai chegar na nossa casa", diz. Quando o mar destruiu seu muro, em 2019, ela aceitou que precisava se mudar.

A aposentada decidiu ir para uma pequena casa nos fundos do terreno e, aos poucos, vem retirando os seus pertences. O prédio do Julinho também é citado como uma das melhores memórias da empresária Camila Hissa, 31, filha dos fundadores do restaurante Ricardinho, o mais famoso em Atafona. "Era um lugar icônico, tinha o barzinho que vendia uma empada deliciosa com um cheiro peculiar. É o resumo da infância", diz.

Seus pais fundaram o restaurante em 1978 e tiveram

que mudá-lo de lugar três vezes para fugir do mar.

Camila relata que os restaurantes e pescadores foram muito impactados pelo assoreamento do rio. Há cerca de três anos houve um período tão crítico que os barcos não conseguiam desembarcar o peixe em Atafona. O pescador Valcinei Bento, 52, lembra que, com a dificuldade para navegar, só trabalhavam com a maré cheia.

Para Camila, as perdas emocionais são as piores. "Aquela história foi simplesmente apagada. Era uma época na qual a fotografia era muito cara. As fotos são raras", afirma.

No início do ano, o projeto interativo Museu Ambulante levou para as ruas uma enorme bicicleta com fotografias antigas de Atafona. O acervo e a iniciativa foram desenvolvidos pela residência artística CasaDuna, fundada pela filósofa Julia Naidin e pelo artista plástico Fernando Codeço.

"As pessoas imediatamente se emocionavam, queriam contar histórias", diz Codeço.

Ele afirma que a CasaDuna quer contribuir para a produção de memória local e também discutir sobre a forma predatória com a qual lida-

mos com o meio ambiente.

Algumas das fotos que mais chamaram a atenção foram as da Ilha da Convivência, primeiro lugar atingido pelo avanço do mar. Uma das últimas a abandonar a ilha, em setembro de 2008, Jamira Pedra Gomes, 58, resistiu mesmo após perder duas casas. No dia de sua saída, ela acordou de madrugada com o mar batendo nas paredes.

Da às 8h, Jamira carregou sozinha todos os seus pertences. No dia seguinte, as paredes caíram. Sua irmã, Janira Pedra Monteiro, 60, se mudou da ilha anos antes. Quando o mar entrou em sua casa, ela deixou que tudo fosse levado. "A gente fica cansada. O mar tinha tomado quatro casas minhas", afirma.

As irmãs voltaram de barco à ilha acompanhadas pela reportagem. Janira diz que sente falta de andar de canoa, pescar manjuba, pegar caranguejo e fazer redes de pesca.

Chegando à ilha, Jamira chorou e apontou para o lugar onde foi dona de um bar. "Queria envelhecer lá. Eu gosto tanto que dá vontade de ficar".

Ela conta que a saudade se tornou depressão. Os distúrbios psíquicos são citados pelo

psicólogo Leandro Viana como uma das consequências do processo erosivo na vida dos moradores.

Finalizando uma tese de doutorado pela Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense) sobre Atafona, ele afirma que muitos relatam sentir angústia e ansiedade por estarem sempre em alerta para o movimento do mar. Também causa sofrimento a espera por uma solução.

Nos últimos seis anos, foram realizadas audiências para tratar do tema com a sociedade civil, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública.

A solução esbarra na falta de articulação entre poderes, nos custos e na insegurança a respeito de seus efeitos ambientais. É preciso obter uma licença com o Inea (Instituto Estadual do Ambiente).

O geógrafo Eduardo Bulhões apresentou uma proposta que envolve o engordamento artificial da praia. Ele avalia que qualquer solução que se proponha como definitiva é enganosa.

"Em todos os lugares onde se criaram proteções com estruturas foram gerados problemas adicionais, as obras têm tempo de vida útil", diz.

O geógrafo afirma que uma das opções é não fazer nada, o que também demanda planejamento. "Acho que houve essa opção, de vários governos, mas isso não é comunicado de forma eficiente".

O professor da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) Gilberto Pessanha, que estuda o caso de Atafona há 20 anos, afirma que mesmo o engordamento requer monitoramento de ondas e ventos.

Secretária de Meio Ambiente de São João da Barra, Marcela Toledo afirma que o Inea indicou, em 2020, que nenhum dos projetos apresentados tem eficácia comprovada. O órgão citou questões a serem trabalhadas, mas nenhum deles foi avaliado negativamente.

Marcela defende que as ações passem pela União, que, de acordo com a Constituição, é dona das praias.

Em nota à Folha, a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União afirma que a competência é da administração municipal. O governo federal argumenta que o Estatuto das Cidades deu aos municípios a capacidade jurídica de gestão das superfícies das cidades.

VEJA VÍDEO SOBRE ATAFONA
folha.com/jmwz829x